DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 17213/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/1969/2016
PROTOCOLO	: 1656480

ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO SUL
ORDENADOR (A)	: LUIZ FELIPE BARRETO DE MAGALHAES
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONVENENTE	: CENTRO SÓCIO EDUCATIVO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
PROCEDIMENTO	: CONVÊNIO Nº 027/2015
OBJETO	: REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS À AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO, COM A FINALIDADE DE REALIZAR VISITAS DOMICILIARES JUNTO ÀS FAMÍLIAS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS PELA ENTIDADE.
VALOR	: R$ 34.000,00 (TRINTA E QUATRO MIL REAIS)

Em exame a prestação de contas do Convênio nº 027/2015, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e o Centro Sócio Educativo Nossa Senhora das Graças, tendo como objeto o repasse financeiro destinado à aquisição de 01 veículo, com a finalidade de realizar visitas domiciliares junto às famílias das crianças e adolescentes atendidas pela Entidade.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-2552/2017 (fls. 91 - 97), opinou pela regularidade da prestação de contas do convênio em análise.

Através do parecer PAR-3ªPRC-24039/2017 (fls. 98/99), o Ministério Público de Contas opinou pela irregularidade da prestação de contas supracitada.

É o relatório.

DECISÃO

Através da análise da documentação encaminhada a esta Corte de Contas, verifica-se que o Convênio nº 027/2015 foi formalizado em 25/05/2015 e publicado em 26/05/2015, portanto, dentro do prazo legal estabelecido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, estando a sua formalização de acordo com as exigências legais da Resolução da

Secretaria de Estado de Fazenda/MS nº 2093/2007[1] e do Decreto Estadual nº 11.261/2003[2].

A documentação relativa à prestação de contas do Convênio em análise encontra-se completa e atende as normas estabelecidas na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, bem como na legislação regente.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo, apresenta-se nos seguintes termos:

Nota de Empenho	R$ 34.000,00
Nota Fiscal	R$ 34.000,00
Ordem de Pagamento	R$ 34.000,00

Assim, observa-se que o presente Convênio foi pactuado em uma única parcela de R$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), com a execução financeira de acordo com as determinações legais e com os recursos financeiros devidamente aplicados, restando clara a sua regularidade.

Assim, diante da análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e do parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - Pelo julgamento da Prestação de Contas do Convênio nº 027/2015, celebrado entre o Município de Chapadão do Sul e o Centro Sócio Educativo Nossa Senhora das Graças como **REGULAR,** nos termos do art. 35, III[3] e 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

[1] Disciplina os procedimentos para celebração de convênios ou instrumentos similares no âmbito do Poder Executivo.
[2] Estabelece normas para celebração de convênios e instrumentos similares por órgãos e entidades do Poder Executivo, e dá outras providências.
[3] Art. 35. As prestações ou as tomadas de contas devem ser:
(...)
III - para comprovação da correta aplicação de valores decorrentes de adiantamentos, acordos, ajustes, auxílios, convênios, subvenções ou outros instrumentos que constituam repasse de recursos públicos.

II - pela **QUITAÇÃO** ao responsável, nos moldes do art. 60[4], da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. com o art. 171[5], da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[6] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 70, §2º[7], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande, MS, 30 de outubro de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC

[4] Art. 60. Vale como quitação ao jurisdicionado a publicação no DOTCE/MS da decisão definitiva que tenha julgado regular, inclusive com ressalvas, sua prestação de contas.
Parágrafo único. Julgada regular a prestação de contas, a pessoa legitimamente interessada pode requerer ao Tribunal a certidão de quitação.
[5] Se da efetividade do controle externo do Tribunal resultar demonstrada a regularidade, ainda que com ressalva, das contas prestadas pelo jurisdicionado, ser-lhe-á dada quitação (LC nº 160, de 2012, arts. 59, *caput*, I e II, e §§ 1º, 2º e 3º, e 60).
[6] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[7] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.